



JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ

**SEÇÃO DE CONTRATOS (CE-NUFIP-CONTRATOS)****CONTRATO****CONTRATO Nº 74/2022**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, ATRAVÉS DA JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ, COMO CONTRATANTE, E A EMPRESA PANMERCOS COMERCIAL LTDA, COMO CONTRATADA, TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO SEI Nº 2578-80.2022.4.05.7600.

A **UNIÃO FEDERAL**, através da **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA NO ESTADO DO CEARÁ**, inscrita no CNPJ/MF nº 05.424.487/0001-53, com sede instalada na Praça Murilo Borges, 01, Edifício Raul Barbosa, 6º andar, Centro, Fortaleza-Ce, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pela Diretora da Secretaria Administrativa, **Sra. RAQUEL ROLIM PEREIRA GALVÃO DE MELO**, no uso de suas atribuições delegadas pela Portaria nº 023/2019 da Diretoria do Foro, publicada no Diário Eletrônico Administrativo nº 64.0/2019, de 04/04/2019, e, de outro lado, a empresa **PANMERCOS COMERCIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.692.780/0004-84, com endereço na Av. Carmindo de Campos, 146, sala 83, Jardim Petrópolis, Cuiabá-MT, CEP: 78.070-100, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato por sua Sócia-Diretora, **Sra. CLAIR HINING**, CPF nº 019.268.759-07 e RG nº 3713415, no uso de suas atribuições, celebram o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 48/2022, conforme as disposições contidas na Lei nº 10.520, bem como consoante o disposto na Lei 8.666/93, de 21/06/1993, e ainda mediante as cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto deste instrumento a aquisição de peças de reposição para componentes de conjunto de climatização ambiental, do tipo expansão indireta, com refrigeração a água e de elevada tecnologia, tais, como, chiller TRANE, torre de resfriamento ALPINA, roda entálpica DANFFOS, bombas hidráulicas "in line" ARMSTRONG, entre outros;

1.2. O objeto contratual visa a necessidade urgente de se adquirir componentes eletrônicos, eletroeletrônicos, elétricos, hidráulicos e elementos de vedação, no caso, medidor de grandezas elétricas, inversor de frequência, micro ventilador tipo cooler, placa softstar; atuadores para chiller e válvulas de duas vias; disjuntor de 400A, turbina e motor elétrico; válvulas, tipo borboleta, de retenção de 5" e 6", esfera de 2", de gaveta de 8", registro de gaveta bruto de 3", junta de expansão flangeada flex de 4" e conjunto eliminador de gotas para torre de arrefecimento; borracha neoprene de 2" e parafusos sextavados com rosca de 3/4" x 1 1/4" com arruelas de pressão lisas, os quais substituirão as antigas unidades das espécies em comento, avariadas ou desgastadas pelo tempo de uso, visando, assim, deixar todo grupo condicionador de recintos de trabalho e áreas de circulação do edifício sede em boas condições de uso e de funcionamento.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES**

Para melhor caracterizar o presente Contrato, integram este instrumento como se nele estivessem transcritos, obedecidos aos termos da legislação sobre Contratos Públicos, os seguintes documentos:

a) Edital do Pregão Eletrônico nº 48/2022 e anexos;

**b) Proposta da Contratada;****CLÁUSULA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

À execução do presente contrato e especialmente aos casos omissos aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e suas alterações

**CLÁUSULA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES**

As alterações que porventura possam ocorrer deverão atender ao disposto no art. 65 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA QUINTA – DO MATERIAL E SERVIÇOS QUE FAZEM PARTE DO OBJETO**

Visando à substituição de elementos antigos do sistema de condicionamento ambiental do edifício sede da CONTRATANTE, avariados e desgastados pelo uso prolongado, por outros novos, a serem adquiridos, faz-se necessária, em caráter de urgência, a aquisição de peças de reposição, para quadros de automação e elétricos ABB, para roda entálpica DANFFOS, para chiller TRANE, para partes elétricas e hidráulicas, para torre de resfriamento ALPINA, além de unidades de vedação, conforme relação posta no quadro abaixo:

<i>Eletrônicos</i>			
<i>Item</i>	<i>Descrição</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quant</i>
2	Inversor de frequência ABB ACS355-03E-08A8-4, Serie J0939K0693, 380/480V, Potência 5HP.	<i>unid</i>	12
<i>Localização: Itens 2: Sistema de condicionamento ambiental do Ed. Sede.</i>			

<i>Hidráulicos</i>			
<i>Item</i>	<i>Descrição</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quant</i>
22	Inversor de frequência ABB ACS355-03E-08A8-4, Serie J0939K0693, 380/480V, Potência 5HP.	<i>unid</i>	5
<i>Localização: Item 22: Sistema de condicionamento ambiental do Ed. Sede.</i>			

**CLÁUSULA SEXTA – DA LOCALIZAÇÃO DE ENTREGA DO MATERIAL****IMÓVEL DA JFCE ENDEREÇO**

*SEDE - ED. RAUL BARBOSA – EDIRB*

*Edifício sede*

*Praça Murilo Borges, 01 – Centro – Fortaleza–CE CEP 60035-210*

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO HORÁRIO DE ENTREGA DO MATERIAL**

Todo material inerente ao objeto deverá ser entregue em horário comercial, de 8h30min às 17h, de segunda-feira a sexta-feira, podendo, em comum acordo com a fiscalização da CONTRATANTE, acontecer em finais de semana.

**CLÁUSULA OITAVA – DO PERÍODO DE ENTREGA DO MATERIAL**

**8.1.** Dada a urgência relativa ao fornecimento do material em questão, a entrega dos itens inerentes ao objeto deste documento deverá ocorrer dentro de um **período de 40 (quarenta) dias corridos**, visando, assim, deixar os sistemas de condicionamento ambiental do EDIRB da CONTRATANTE em condições adequadas de

funcionamento, com a máxima brevidade possível. Com isso, afasta-se o risco do conjunto de condicionamento de ambientes do Ed. Sede desta Seccional deixar de funcionar, afetando, assim, o funcionamento de todo sistema de climatização de ambientes do prédio.

**8.2.** O início da contagem do prazo para entrega das peças de reposição do objeto contratual será a partir do recebimento da competente nota de empenho e da assinatura contratual.

## **CLÁUSULA NONA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** Nos termos do artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666/93, a responsabilidade pela gestão e fiscalização desta contratação ficará a cargo de servidores indicados da Seção de Conservação Predial – SECOP da CONTRATANTE, através dos servidores designados por portaria, que também serão responsáveis pelo recebimento e atesto do documento de cobrança;

**9.2.** A gestão e a fiscalização deste Contrato serão realizadas por servidores indicados pela Diretoria Administrativa. As atribuições do gestor e do fiscal do contrato estão definidas na portaria nº 923, de 23 de setembro de 2011.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**10.1.** O objeto contratual se refere ao fornecimento de peças de reposição a serem aplicadas em componentes do sistema de condicionamento ambiental, tipo expansão indireta, do edifício sede da CONTRATANTE, considerando-se as especificações dos fabricantes.

**10.2.** Em relação aos materiais a serem fornecidos, a CONTRATADA deverá obedecer rigorosamente ao seguinte:

**10.2.1.** As normas e especificações constantes no termo de referência;

**10.2.2.** As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e as normas: NBR 16401/1/2/3;

**10.2.3.** As prescrições e recomendações dos fabricantes relativas ao transporte e armazenagem do produto;

**10.2.4.** As normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT ou para melhor complementar os temas previstos por essas;

**10.2.5.** Resolução nº. 307/86 - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA).

**10.2.6.** Resolução 09 de 16/01/2003 do ministério da saúde.

**10.2.7.** ABNT 16.401/2/3.

**10.3.** Os casos não abordados serão definidos pelo FISCAL e GESTOR, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para o fornecimento do material em questão, constantes no contrato. Nenhuma modificação poderá ser feita nas especificações do objeto contratual sem autorização expressa do FISCAL e do GESTOR do contrato.

**10.4.** Se julgar necessário, a Fiscalização poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem do material ou de certificados de ensaios relativos a ele, comprovando a qualidade dos produtos a serem entregues.

**10.5.** As normas de segurança constantes destas especificações não desobrigam a CONTRATADA pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, incluindo as do CMB-CE, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste termo, sendo de sua inteira responsabilidade o fornecimento de todo material relativo a este contrato.

**10.6.** A CONTRATADA deverá atender às normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho e providenciar os seguros exigidos em lei, na condição de única responsável por acidentes e danos que, eventualmente, causar a pessoa física e/ou jurídica, direta ou indiretamente envolvida no fornecimento do material objeto deste contrato.

**10.7.** A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto deste contrato, durante a vigência contratual.

**10.8.** Todas as questões, reclamações, demandas judiciais, ações por perdas ou avarias e indenizações oriundas de danos causados pela CONTRATADA serão de sua inteira responsabilidade.

**10.9.** O FISCAL e o GESTOR darão suas instruções diretamente ao representante legal da CONTRATADA, inerente a este contrato.

**10.10.** O FISCAL não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, etc.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA**

### **11. Materiais**

**11.1.** As peças deverão ser originais e compatíveis com os equipamentos, no caso TRANE, ALPINA, DANFOS, ARMSTRONG, entre outros.

**11.2.** O prazo de garantia de cada peça de reposição deverá ser de, no mínimo, 6 meses;

**11.3.** Se constatado defeito ou incompatibilidade, as peças deverão ser substituídas no prazo de 30 (trinta) dias corridos;

**11.4.** Durante o prazo de garantia, todas as peças de reposição objeto contratual a serem fornecidas deverão ser novas, de primeira linha, e originais.

**11.5.** Todos os itens relacionados às peças de reposição em questão devem estar de acordo com as especificações constantes neste termo de referência, conforme posto abaixo:

#### **11.5.1. Elementos eletrônicos**

a. O medidor de grandeza elétrica ABB cod. Noo.3902423351.

b. Os inversores de frequência devem ABB-ACS 350-03E-38A0-4 e ABB-ACS350-03E-08A8-4, ou substituto, se recomendado pelo fabricante e pela TRANE.

c. Micro ventilador 120X120X38 FZY120384SI tensão 115Vca / 230Vca corrente 0,2A / 0,1A rpm 2800.

d. Softstart Danffos mod. MCD 201-015-T4-Vc3 completa com remote.

e. Sensor de nível de óleo Trane chiller mod. RTHDUC10 XHDX S nº U08C07861

#### **11.5.2. Elementos eletroeletrônicos**

a. Atuador fab. VSI mod. EMO-350F-24 350 in-lb (40N.m) 150...180 S 24Vac/DC +- 10% 50/60 Hz, 6 VA 3W.

b. Válvula 2 vias mod.LMB24-3-T Belimo

#### **11.5.3. Elementos elétricos**

a. Disjuntor Siemens- mod. JXD63B400H - 400A.

b. Turbina mod. HLR 2804 eixo 1/2"

c. Motor Weg mod. 10343379 / 220V

#### **11.5.4. Elementos hidráulicos**

a. Válvula borboleta tipo Wafer 4".

b. Válvula de retenção mod. FTV-G da Armstrong 5".

c. Válvula de retenção mod. FTV-G da Armstrong 6".

d. Válvula esfera monobloco 2" BSP alavanca manual

e. Válvula gaveta 8" ferro fundido classe ANSI 125.

f. Registro de gaveta bruto em latão de 3" Dn 80.

g. Junta de expansão flangelada 4" GE-flex Dn125.

h. Conjunto eliminador de gotas mod. 80/3-SG-I-E Alpina.

#### **11.5.5. Elementos para vedação**

- a. Borracha neoprene 2".
- b. Parafuso sextavado rosca 3/4" x 1 1/4" com arruela lisa e pressão.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 12.1. Acompanhar, controlar, fiscalizar e avaliar o cumprimento do objeto da contratação, solicitando à CONTRATADA todas as providências necessárias ao bom andamento no fornecimento do material inerente a este contrato;
- 12.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as especificações descritas neste Contrato e com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- 12.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 12.4. Efetuar o pagamento na forma ajustada neste Contrato;
- 12.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à entrega dos materiais a serem adquiridos, relativos a quadro de automação e elétricos, à roda entálpica, a chiller, a partes elétricas e hidráulicas, a torre de resfriamento, a elementos de vedação, etc, inclusive permitir o acesso do caminhão, de representantes ou empregados da CONTRATADA, aos locais onde serão entregues os bens em menção, observadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio e das pessoas;
- 12.6. Cumprir as demais obrigações constantes deste Contrato, do instrumento convocatório e outras imposições previstas em Lei.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 13.1. Fornecer os materiais com características exigidas neste Contrato de acordo com a legislação vigente pertinente, sendo vedadas soluções alternativas para consecução do objeto;
- 13.2. Efetuar fornecimento do material objeto deste Contrato dentro das especificações e/ou condições constantes na proposta vencedora, bem como no edital e em seus anexos;
- 13.3. Substituir, no total ou em parte, qualquer material que se apresente com a qualidade comprometida, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação ou em desacordo com as especificações escritas neste Contrato, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da notificação da CONTRATANTE, sem qualquer custo para esta Seção Judiciária;
- 13.4. Responsabilizar-se pela remoção de todos os materiais e embalagens utilizados na entrega do objeto contratado;
- 13.5. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo órgão interessado, conforme determina o art. 70 da Lei nº 8.666/1993;
- 13.6. Observar, no que for possível, as práticas de sustentabilidade ambiental inerentes aos itens de material a serem fornecidos, discriminadas na Instrução Normativa nº 01/2010 - MPOG;
- 13.7. Assumir todos os possíveis danos, tanto físicos, quanto materiais, causados à CONTRATANTE e/ou terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, por ocasião do fornecimento dos materiais objeto deste contrato;
- 13.8. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento do material objeto deste contrato;
- 13.9. Garantir a proteção e segurança das pessoas envolvidas direta ou indiretamente na entrega do objeto contratado;
- 13.10. Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da entrega dos produtos objeto deste contrato;
- 13.11. Atender prontamente todas as solicitações da CONTRATANTE previstas neste Contrato;
- 13.12. Executar diretamente o objeto, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pela CONTRATANTE;

**13.13.** Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital, no Termo de Referência e neste Instrumento Contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL**

**14.1.** O valor total da presente contratação, que engloba os custos com fornecimento de material é de R\$ 106.250,00 (cento e seis mil duzentos e cinquenta reais), conforme planilha abaixo:

	ITEM	UNID	QTD	DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
	2	unid	12	Inversor de frequência ABB ACS355-03E-08A8-4, Serie J0939K0693, 380/480V, Potência 5HP.	R\$ 6.250,00	R\$75.000,00
	22	unid	5	Inversor de frequência ABB ACS355-03E-08A8-4, Serie J0939K0693, 380/480V, Potência 5HP.	R\$ 6.250,00	R\$ 31.250,00
<b>TOTAL DA DESPESA</b>					<b>R\$ 106.250,00</b>	

**14.2.** No valor acima estão incluídos tributos, taxas, fretes, despesas indiretas, lucro, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, etc.

**14.3.** O valor contratado é irrevogável.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**5.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da União do corrente exercício, estando classificadas no programa de trabalho Julgamento de Causa (02.061.0033.4257.0001 - Ptes 168312), plano orçamentário 000, no elemento de despesa 339030.

**5.2.** Foi emitida Nota de Empenho de nº 2022NE000438 datada de 23/12/2022, no valor de R\$ 106.250,00 (cento e seis mil duzentos e cinquenta reais).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO**

16.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar documento de cobrança, informando o nome e número do banco, a agência e o número da conta-corrente em que o crédito deverá ser efetuado;

16.2. A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, a seguinte documentação:

1. Certidão de regularidade com a Seguridade Social;
2. Certidão de regularidade com o FGTS;
3. Certidão de regularidade com a Fazenda Federal;
4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
5. Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

16.3. O atesto do documento de cobrança pela CONTRATANTE, se não houver irregularidades, dar-se-á no fornecimento dos materiais e na entrega dos demais registros (documentos) apresentados. Caso existam irregularidades, o atesto apenas ocorrerá com a eliminação/correção/saneamento das impropriedades pela CONTRATADA;

16.4. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela CONTRATADA por meio eletrônico;

16.5. Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas no Edital e neste Contrato, ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a CONTRATADA deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento;

16.6. Após o atesto do documento de cobrança, que deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do seu recebimento por meio eletrônico pela fiscalização do contrato, observado o disposto nos itens anteriores, esta, por sua vez, deverá ser encaminhada para pagamento.

## DO PAGAMENTO

16.7. O pagamento será efetuado, em parcela única, mediante crédito em conta corrente até o 5º (quinto) dia útil após os atestos dos documentos de cobrança, cumprimento da perfeita entrega do objeto contratado e prévia verificação da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA;

16.8. O valor do pagamento será aquele apresentado no documento de cobrança, descontadas as glosas, conforme o caso;

16.9. Antes do pagamento, a CONTRATANTE realizará consulta ao SICAF para verificar a manutenção da regularidade fiscal e trabalhista;

16.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, proceder-se-á a sua advertência, por escrito, no sentido de que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a CONTRATADA regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;

16.11. O prazo do subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE;

16.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto ao inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela CONTRATANTE, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

16.13. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE adotará as medidas necessárias à rescisão do contrato em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa;

16.14. Havendo a efetiva execução do objeto, o pagamento será realizado normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF;

16.15. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do órgão ou entidade CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.

16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela JFCE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, terá a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , em que:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$I = (6 / 100) / 365$$

$$I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

**16.17.** A compensação financeira prevista nesta condição poderá ser requerida pela CONTRATADA à CONTRATANTE, que deverá providenciar o respectivo pagamento em conta corrente bancária, em até 05 (cinco) dias, a contar da data da apresentação do requerimento de compensação acompanhado de documento fiscal de cobrança.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - REGRA GERAL DE MEDIÇÃO**

De forma geral, o fornecimento do material posto neste contrato será medido ao término da entrega de todos os quesitos relativos aos equipamentos em questão, conforme solicitados pela Fiscalização, nas unidades especificadas na planilha orçamentária e de acordo com a tabela a seguir.

#### **UNIDADE CRITÉRIO GERAL DE MEDIÇÃO**

unidade Será medido por unidade efetivamente fornecida, inclusive transporte, carga, descarga e embalagens, regulagem, ajustes, etc, até o momento do fechamento da medição.

par Será medido por par de peças efetivamente fornecidas, inclusive transporte, carga, descarga e embalagens, regulagem, ajustes, etc, até o momento do fechamento da medição.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O presente Contrato terá vigência de 70 (setenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93.

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

19.1. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, conforme as tabelas 1 e 2.

19.2. O limite para a aplicação de multas é o estabelecido pela Lei nº. 8.666/93 e alterações vigentes. Para os graus [5] e [6] da tabela (1) abaixo, a variação se dará em múltiplos de 0,25% e dependerá da gravidade da ocorrência e dos danos causados a CONTRATANTE, verificado onexo causal, devido à ação ou à omissão da CONTRATADA relativamente à obrigação prevista neste contrato.

19.3. As reincidências serão punidas com multas do grau imediatamente superior (ou do mesmo grau, quando a incidência ocorrer no grau máximo), independentemente da aplicação de outras penas.

19.4. A caracterização formal da “ocorrência” do item “DESCRIÇÃO” da tabela (2) de multas, abaixo, será a notificação da CONTRATADA pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE, sendo de um dia a periodicidade mínima para a repetição desses atos.

**TABELA 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,02% do valor do contrato
2	0,04% do valor do contrato
3	0,05% do valor do contrato
4	0,10% do valor do contrato
5	2,00% do valor do contrato



**TABELA 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento de peça de reposição contratado, por ocorrência.	5
2	Permitir situação que crie possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência.	4
3	Fornecer material com qualidade inferior ao exigido neste documento, por ocorrência.	3
4	Recusar-se a fornecer o material em conformidade ao que está posto em contrato, por ocorrência.	2
5	Fornecer material incompleto ou de caráter paliativo, ou deixar de providenciar recomposição complementar, por ocorrência.	2
6	Fornecer informação pérfida relativa ao fornecimento do material objeto deste TR, por ocorrência.	2
7	Fornecer material reutilizado, por ocorrência.	1
<b>PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE FAZER O SEGUINTE:</b>		
8	Providenciar substituição de material defeituoso ou com qualidade inferior.	4
9	Cumprir algum dos itens que compõem o escopo relativo a este TR, por ocorrência.	3
10	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização, por ocorrência.	2
11	Cumprir prazo previamente estabelecido com a fiscalização para fornecimento de material, sem a devida justificativa.	2
12	Iniciar a entrega do material no prazo estabelecido pela fiscalização por meio de OF, sem que haja justificativa plausível aceita pela contratante, por ocorrência.	2
13	Cumprir quaisquer itens do contrato e anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização, por ocorrência.	2
14	Cumprir determinação da fiscalização para controle de acesso dos integrantes da equipe responsável pela entrega do material objeto deste TR, por ocorrência.	1

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

Aplicam-se, ao presente contrato, as disposições dos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO CÓDIGO DE CONDUTA**

O Código de Conduta da Justiça Federal, em anexo, instituído pela Resolução do Conselho da Justiça Federal nº 147, de 15/04/2011, por força do seu artigo 3º, integra o presente contrato para todos os fins.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO**

Em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93, o presente instrumento contratual será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA. - DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Ceará, na Cidade de Fortaleza, para dirimir dúvida decorrente do presente Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes contratantes o presente instrumento em 01 (uma) via eletrônica, para que se produzam os necessários efeitos legais.

**RAQUEL ROLIM PEREIRA GALVÃO DE MELO**

Diretora da Secretaria Administrativa

**CLAIR HINING**

Sócia-Diretora/Contratada

TESTEMUNHA:

ASS.:

ASS.:

**ANEXO - DO CONTRATO**

**CÓDIGO DE CONDUTA DA JUSTIÇA FEDERAL**

RESOLUÇÃO N. 147, DE 15 DE ABRIL DE 2011.

Alterada pela Resolução 308/2014, de 13/10/2014 (transcrita no final).

Institui o Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o decidido no Processo n. 2010.16.11758, na sessão realizada em 28 de março de 2011,

RESOLVE:

Das Disposições Gerais

Art. 1º Instituir o Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, com as seguintes finalidades:

I – tornar claras as regras de conduta dos servidores e gestores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus;

II – assegurar que as ações institucionais empreendidas por gestores e servidores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus preservem a missão desses órgãos e que os atos delas decorrentes reflitam probidade e conduta ética;

III – conferir coerência e convergência às políticas, diretrizes e procedimentos internos do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus;

IV – oferecer um conjunto de atitudes que orientem o comportamento e as decisões institucionais.

**CAPÍTULO I**

Dos Destinatários

Art. 2º O Código de Conduta aplica-se a todos os servidores e gestores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau (redação dada pelo artigo 1º da Resolução 308/2014, de 13/10/2014).

Parágrafo único. Cabe aos gestores, em todos os níveis, aplicar, como um exemplo de conduta a ser seguido, os preceitos estabelecidos no Código e garantir que seus subordinados – servidores, estagiários e prestadores de serviços – vivenciem tais preceitos.

Art. 3º O Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau integrará todos os contratos de estágio e de prestação de serviços, de forma a assegurar o alinhamento entre os colaboradores.

## CAPÍTULO II

### Dos Princípios de Conduta

Art. 4º A conduta dos destinatários do Código deverá ser pautada pelos seguintes princípios: integridade, lisura, transparência, respeito e moralidade.

## CAPÍTULO III

### Da Prática de Preconceito, Discriminação, Assédio ou Abuso de Poder

Art. 5º O Conselho e a Justiça Federal de primeiro e segundo grau não serão tolerantes com atitudes discriminatórias ou preconceituosas de qualquer natureza, em relação a etnia, a sexo, a religião, a estado civil, a orientação sexual, a faixa etária ou a condição física especial, nem com atos que caracterizem proselitismo partidário, intimidação, hostilidade ou ameaça, humilhação por qualquer motivo ou assédio moral e sexual.

## CAPÍTULO IV

### Do Conflito de Interesses

Art. 6º Gestores ou servidores não poderão participar de atos ou circunstâncias que se contraponham, conforme o caso, aos interesses do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau ou que lhes possam causar danos ou prejuízos.

Art. 7º Recursos, espaço e imagem do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau não poderão, sob qualquer hipótese, ser usados para atender a interesses pessoais, políticos ou partidários.

## CAPÍTULO V

### Do Sigilo de Informações

Art.8º O servidor ou gestor que, por força de seu cargo ou de suas responsabilidades, tiverem acesso a informações do órgão em que atuam ainda não divulgadas publicamente deverão manter sigilo sobre seu conteúdo. Art. 9º Ao servidor ou gestor do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau é vedado aceitar presentes, privilégios, empréstimos, doações, serviços ou qualquer outra forma de benefício em seu nome ou no de familiares, quando originários de partes, ou dos respectivos advogados e estagiários, bem como de terceiros que sejam ou pretendam ser fornecedores de produtos ou serviços para essas instituições.

Parágrafo único. Não se consideram presentes, para fins deste artigo, os brindes sem valor comercial ou aqueles atribuídos por entidades de qualquer natureza a título de cortesia, propaganda ou divulgação, por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas.

## CAPÍTULO VI

### Do Patrimônio Tangível e Intangível

Art. 10. É de responsabilidade dos destinatários do Código zelar pela integridade dos bens, tangíveis e intangíveis, dos órgãos onde atuam, inclusive sua reputação, propriedade intelectual e informações confidenciais, estratégicas ou sensíveis.

## CAPÍTULO VII

### Dos Usos de Sistemas Eletrônicos

Art. 11. Os recursos de comunicação e tecnologia de informação disponíveis no Conselho e na Justiça Federal de primeiro e segundo grau devem ser utilizados com a estrita observância dos normativos internos vigentes, notadamente no que tange à utilização e à proteção das senhas de acesso.

Parágrafo único. É vedada, ainda, a utilização de sistemas e ferramentas de comunicação para a prática de atos ilegais ou impróprios, para a obtenção de vantagem pessoal, para acesso ou divulgação de conteúdo ofensivo

ou imoral, para intervenção em sistemas de terceiros e para participação em discussões virtuais acerca de assuntos não relacionados aos interesses do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundos graus.

## CAPÍTULO VIII

### Da Comunicação

Art. 12. A comunicação entre os destinatários do Código ou entre esses e os órgãos governamentais, os clientes, os fornecedores e a sociedade deve ser indiscutivelmente clara, simples, objetiva e acessível a todos os legitimamente interessados.

## CAPÍTULO IX

### Da Publicidade de Atos e Disponibilidade de Informações

Art. 13. É obrigatório aos servidores e gestores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau garantir a publicidade de seus atos e a disponibilidade de informações corretas e atualizadas que permitam o conhecimento dos aspectos relevantes da atividade sob sua responsabilidade, bem como assegurar que a divulgação das informações aconteça no menor prazo e pelos meios mais rápidos.

## CAPÍTULO X

### Das Informações à Imprensa

Art. 14. Os contatos com os órgãos de imprensa serão promovidos, exclusivamente, por porta-vozes autorizados pelo Conselho, tribunais regionais federais e seções judiciárias, conforme o caso.

## CAPÍTULO XI

### Dos Contratos, Convênios ou Acordos de Cooperação

Art. 15. Os contratos, convênios ou acordos de cooperação nos quais o Conselho, os tribunais regionais federais e as seções judiciárias sejam partes devem ser escritos de forma clara, com informações precisas, sem haver a possibilidade de interpretações ambíguas por qualquer das partes interessadas.

## CAPÍTULO XII

### Das Falhas Administrativas

Art. 16. Servidores ou gestores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau que cometerem eventuais erros deverão receber orientação construtiva, contudo, se cometerem falhas resultantes de desídia, má-fé, negligência ou desinteresse que exponham o Conselho, os tribunais regionais federais e as seções judiciárias a riscos legais ou de imagem, serão tratados com rigorosa correção.

## CAPÍTULO XIII

### Da Responsabilidade Socioambiental

Art. 17. O Conselho e a Justiça Federal de primeiro e segundo grau exigirão de seus servidores, no exercício de seus misteres, responsabilidade social e ambiental; no primeiro caso, privilegiando a adoção de práticas que favoreçam a inclusão social e, no segundo, de práticas que combatam o desperdício de recursos naturais e evitem danos ao meio ambiente.

## CAPÍTULO XIV

### Do Comitê Gestor do Código de Conduta

Art. 18. Fica instituído o comitê gestor do Código de Conduta, ao qual compete, entre outras atribuições, zelar pelo seu cumprimento.

Art. 19. Cada tribunal terá um comitê gestor formado por servidores nomeados pelo seu presidente; outro tanto no Conselho da Justiça Federal.

Art. 20. As atribuições do comitê gestor do Código de Conduta serão formalizadas por ato do presidente do Conselho da Justiça Federal.

Art. 21. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro ARI PARGENDLER

Publicada no Diário Oficial da União

De 18/04/2011 Seção 1 Pág. 133

RESOLUÇÃO 308, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014  
(DO-U 13-10-2014)

Dispõe sobre a alteração da Resolução nº 147, de 15 de abril de 2011, que instituiu o Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o decidido no Processo nº CF-PPN-2012/00033, julgado na sessão realizada em 29 de setembro de 2014, resolve:

Art. 1º - Alterar o art. 2º da Resolução nº 147, de 15 de abril de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O Código de Conduta aplica-se a todos os servidores e gestores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus."

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

Mín. FRANCISCO FALCÃO



Documento assinado eletronicamente por **PANMERCOCOMERCIAL LTDA registrado(a) civilmente como CLAIR HINING, Usuário Externo**, em 29/12/2022, às 13:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL ROLIM PEREIRA GALVÃO DE MELO, DIRETORA DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA**, em 29/12/2022, às 14:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SAMARA CAVALCANTE FERNANDES, SUPERVISOR(A) DE SEÇÃO**, em 30/12/2022, às 12:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANA EMÍLIA CARVALHO VENTURA BARROS, SUPERVISOR(A) ASSISTENTE**, em 30/12/2022, às 12:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **3229663** e o código CRC **DBD61862**.

5ª REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

## EXTRATO DE CONTRATO

PA Nº 0001932-09.2022.4.05.7200. CONTRATO Nº 37/2022-JF/AL. CONTRATADA: HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA. CNPJ: 61.797.924/0002-36. OBJETO: contratação de serviço anual de serviço de extensão de garantia para os 8 (oito) servidores HPE (marca HP) da Justiça Federal em Alagoas. EMPENHO Nº 2022NE000381, no valor de R\$ 79.170,24 (setenta e nove mil, cento e setenta reais e vinte e quatro centavos); PTRES: 168364, ND: 33.90.40.12. emitida em 05/12/2022. ASSINATURA DO CONTRATO: 28/12/2022. VIGÊNCIA: 12 meses. SIGNATÁRIOS: André Luís Maia Tobias Granja - Juiz Federal Diretor do Foro, pela Contratante; Elisângela Pereira Morgado, representante legal, pela Contratada.

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PA Nº 0001202-95.2022.4.05.7200. Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao CONTRATO Nº 30/2022-JF/AL. Pregão Eletrônico nº 15/2022-JFAL, como coparticipante. CONTRATADA: AL CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA EIRELI. CNPJ: 35.731538/0001-50. OBJETO: a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de engenharia de construção de muro frontal e de arrimo no edifício-sede da Subseção Judiciária de Santana do Ipanema. FINALIDADE DO ADITIVO: o acréscimo e supressão dos serviços, no percentual de 16,88% e 3,45% do valor total do contrato. DATA DA ASSINATURA: 29/12/2022. SIGNATÁRIOS: André Luís Maia Tobias Granja - Juiz Federal - Diretor do Foro, pela Contratante; Érico Lages Lima, pela Contratada.

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ  
DIRETORIA DO FORO

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 61/2022; Processo: 0002927-83.2022.4.05.7600; Contratante: Justiça Federal no Ceará; Contratada: Lenovo Tecnologia (Brasil) Ltda; Objeto: autorização de pagamento antecipado, com desconto de 0,5% sobre o valor contratado, referente a 166 (cento e sessenta e seis) unidades de microcomputadores tipo 1, com dois monitores, teclado, mouse e headset, passando o valor total de R\$ 1.578.660,00 para R\$ 1.570.768,21, com fornecimento de apólices de seguros garantia no valor total de R\$ 1.578.625,00; Fundamentação Legal: item 7.6, subitens 7.6.1 e 7.6.2, do respectivo Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 07/2022 da Justiça Federal da Paraíba, cláusula décima primeira do Contrato nº 61/2022, art. 1º, inciso II, alínea "b", e §§ 1º, incisos I e II, e 2º, incisos II e IV, da Lei nº 14.065/2020, art. 145, §§ 1º a 3º, da Lei nº 14.133/2021, art. 38 do Decreto nº 93.872/1986, Orientação Normativa AGU nº 37 e Acórdãos nºs 276/2002-TCU-1ª Câmara e 606/2006-TCU-Plenário; Data Assinatura: 29/12/2022; Signatários: Pela Contratante, Dr. Alcides Saldanha Lima, Juiz Federal Diretor do Foro, e pela Contratada, Srs. Augusto Rosa Filho e Valter Antonio Sgroi Artea, Representantes Legais.

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 63/2022; Processo: 6480-41.2022.4.05.7600; Contratante: Justiça Federal no Ceará; Contratada: DELL Computadores do Brasil Ltda; Objeto: autorização de pagamento antecipado, com desconto de 5% sobre o valor contratado, referente a 135 (cento e trinta e cinco) unidades de notebook, passando o valor unitário de R\$ 7.367,60 para R\$ 6.999,22, com fornecimento de apólice de seguro garantia no valor de R\$ 1.252.773,00 e vencimento em 26/01/2023; Fundamentação Legal: Art. 65, inciso II, Lei nº 8.666/93, art. 1º, inciso II, alínea "b", e §§ 1º, incisos I e II, e 2º, incisos II e V, da Lei nº 14.065/2020, item 7.10 do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 22/2022 da Justiça Federal em Pernambuco, cláusula quinta do aludido contrato, art. 38 do Decreto nº 93.872/1986, Orientação Normativa AGU nº 37 e Acórdãos nºs 276/2002-TCU-1ª Câmara e 606/2006-TCU-Plenário; Data Assinatura: 29/12/2022; Signatários: Pela Contratante, Dr. Alcides Saldanha Lima, Juiz Federal Diretor do Foro, e pela Contratada, Sr. Maurício Luís Cassalta de Paula Couto, Representante Legal.

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 49/2021; Processo: 5949-86.2021.4.05.7600; Contratante: Justiça Federal no Ceará; Contratada: Brasofware Informática Ltda; Objeto: prorrogação contratual a partir do dia 31/12/2022 até o dia 21/02/2024, alteração do valor contratual, passando de R\$ 749.943,20 para R\$ 635.568,60, em razão de negociação, previsão de antecipação do novo pagamento devido à prorrogação da vigência, e possibilidade de exigência de garantia contratual no valor de 100% do novo valor negociado; Fundamentação Legal: art. 57, inciso II, 58, § 1º, e 65, inciso II, da Lei nº 8.666/93, item 2.2 da Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 49/2021; Data Assinatura: 29/12/2022; Signatários: Pela Contratante, Dr. Alcides Saldanha Lima, Juiz Federal Diretor do Foro, e pela Contratada, Sr. Walter Ferreira da Silva Junior, Representante Legal.

## SECRETARIA ADMINISTRATIVA

## EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 74/2022; Processo: 2578-80.2022.4.05.7600; Contratante: Justiça Federal no Ceará; Contratada: Panmerco Comercial Ltda; Objeto: aquisição de peças de reposição para componentes de conjunto de climatização ambiental, referente aos itens 2 e 22; Vigência: 70 (setenta) dias a contar da sua assinatura; Data Ass.: 29/12/2022; Fundamentação Legal: Pregão Eletrônico nº 48/2022 da JFCE, e Lei nº 8.666/93; Valor total da contratação: R\$ 106.250,00; Programa de Trabalho: 02.061.0033.4257.0001-Ptres 168312; Elemento de Despesa: 3390.30; Nota de Empenho 2022NE000438, de 23/12/2022, no valor de R\$ 106.250,00; Signatários: Pela Contratante, Sra. Raquel Rolim Pereira Galvão de Melo, Diretora da Secretaria Administrativa, e pela Contratada, Sra. Clair Hining, Representante Legal.

## SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: TA 01 ao Contrato nº 18/2022, celebrado entre a JFPB e a empresa DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA, CNPJ/MF nº 72.381.189/0010-01; Objeto: alteração unilateral contratual na forma de acréscimo no valor de R\$ 31.820,55; Fundamentação: art. 65, inciso I, alínea 'b', e § 1º, ambos do art. 65 da Lei 8.666/1993, c/c a cláusula sexta do ajuste; assinatura: 29/12/20; signatário: Manuel M de V Neto-JFDF.

SEÇÃO JUDICIÁRIA NO RIO GRANDE DO NORTE  
DIRETORIA DO FORO

## AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

A Justiça Federal de Primeiro Grau no RN, com base no Decreto 7.892/2013, torna público o Registro de Preços nº 13/2022-JFRN, cujo objeto é a futura prestação de serviços de AGENCIAMENTO DE VIAGENS E FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, correspondente ao Pregão Eletrônico nº 25/2022-JFRN, assinada em 29/12/2022, com vigência até 30/12/2023, PA nº SEI 0003912-97.2022.4.05.7100. Partes signatárias: Justiça Federal de Primeiro Grau no RN, CNPJ nº 05.441.836/0001-45 e a empresa: ECOS TURISMO LTDA, CNPJ 06.157.430/0001-06, Grupo 01, item 01, R\$ 0,00; item 02, R\$ 1.680,00 (valor unitário).

Em 29 de dezembro de 2022.  
KATIUSCIA DE AZEVEDO BARBOSA  
Diretora da Secretaria Administrativa

Entidades de Fiscalização  
do Exercício das Profissões Liberais

## CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

## EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de contrato de prestação de serviços na área de Publicidade, celebrado entre o Conselho Federal de Corretores de Imóveis e a empresa Engenho Propaganda Ltda. DO OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos profissionais pela Contratada, na área de Publicidade. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros onerarão a dotação nº 6.3.1.3.04.01.031 (Serviços de Publicação, Publicidade e Propaganda) do plano de contas do COFECI do exercício de 2023. DA VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir do dia 01/01/2023, podendo ser prorrogado por meio de termo aditivo, a critério do Contratante, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993. DO VALOR: Verba anual de publicidade.

## EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato para Prestação de Serviços de fornecimento de acesso ao software, celebrado entre o COFECI e a RPB Serviços e Tecnologia da Informação EIRELI - ME. DO OBJETO: O presente termo tem por objeto a contratação de serviços de fornecimento de acesso ao software participar ouvridor on-line (POOL). DA MODALIDADE: Dispensa de licitação em razão do valor. DA VIGÊNCIA: O Contrato terá a vigência 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com encerramento em 31/1/2023. DO VALOR: R\$ 9.220,59 (nove mil, duzentos e vinte reais e cinquenta e nove centavos) anual. DA DOTAÇÃO: 6.3.13.04.01.038 (Despesa de Locação, Desenvolvimento e Licença de Software).

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

9º Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de vigilância, celebrado entre o Conselho Federal de Corretores de Imóveis e a empresa INTERSEPT VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA. DO OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação, em caráter excepcional, do contrato para prestação de serviços na área de vigilância e segurança, firmado em 27 de dezembro de 2017. DA VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2023. DAS DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas todas as demais Cláusulas do Contrato e aditamentos, desde que não conflitantes com o presente Termo Aditivo.

## CONSELHO FEDERAL DE QUÍMICA

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º TERMO ADITIVO  
Processo nº 52/2020 - Termo de Contrato nº 22/2020 - Contratante: Conselho Federal de Química. Contratada: Over Elevadores Eireli (CNPJ: 10.629.386/0001-59). Objeto: Prorrogação da vigência contratual por 12 (doze) meses da prestação serviços de manutenção preventiva e corretiva, inclusive execução de atendimentos emergenciais e substituição de peças e componentes em 1 (um) elevador da marca Atlas Schindler. Vigência: 01/01/2023 a 31/12/2023. Valor: R\$ 9.840,00. Data da assinatura: 27/12/2022. Base legal: Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 1993.

## CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS

AVISO DE SUSPENSÃO  
PREGÃO Nº 12/2022

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 19/12/2022. Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de Licença de Windows Server 2022 Remote Desktop Services User Cal Perpétuo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ARCHIMEDES CAVALCANTI JUNIOR  
Diretor-presidente

(SIDECA - 29/12/2022) 389047-00001-2022NE800001

## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE GOIÁS

## EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº. do Processo: 476908.000405/2022-98 Contratante: Conselho Regional de Administração de Goiás. Objeto: Aquisição de Frigobar. Contratado: FRIGELAR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. Valor da dispensa: R\$ 1.207,00 (mil duzentos e sete reais) Conta Orçamentária: 6.2.2.1.1.02.02.03.004 Vigência: imediata. Data da Ratificação: 28/12/2022.

## EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº. do Processo: 476908.000642/2022-59 Contratante: Conselho Regional de Administração de Goiás. Objeto: Serviços de Segurança Monitorada. Contratado: ORSEGUPS MONITORAMENTO ELETRÔNICO LTDA. Valor da dispensa: R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais) Conta Orçamentária: 6.2.2.1.1.01.04.04.009 Vigência: imediata. Data da Ratificação: 28/12/2022.

## EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº. do Processo: 476908.000642/2022-59 Contratante: Conselho Regional de Administração de Goiás. Objeto: Serviços de Segurança Monitorada. Contratado: ORSEGUPS MONITORAMENTO ELETRÔNICO LTDA. Valor da dispensa: R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais) Conta Orçamentária: 6.2.2.1.1.01.04.04.009 Vigência: imediata. Data da Ratificação: 28/12/2022.